



125ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA 2– 06 DE OUTUBRO DE 2016.

3 Aos seis dias do mês de outubro de 2016, às oito horas e dez minutos, na sede da Secretaria de Ação Social, sito
4 à Avenida Champagnat, 1750, Centro, foi realizada a vigésima quinta Reunião Ordinária do Conselho Municipal
5 de Assistência Social. Estiveram presentes na reunião vinte (20) conselheiros, sendo seis (06) do poder público e
6 quatorze (14) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Maria Goretti Albuquerque, Rosa
7 Helena Bomfim Nostre, Luzia Maria Parreira Fernandes, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção
8 Cintra, José Carlos Gomes, Fernanda Rodrigues Carrijo, Camila Rodrigues Alves Junqueira, Alessandra
9 Aparecida da Silva, Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Iara Flávia Afonso Guimarães, Cláudia Maria Moreira
10 Faggioni de Paula e Deyvid Alves da Silveira. **Conselheiros suplentes**: Mônica Aparecida Mazzucatto, Sônia
11 Maria de Souza, Geraldine Garcia Fuga Menezes, Silvana Rodrigues Neves, Óiter Cassiano Marques, Irene da
12 Conceição Silva e Luiz Antônio Cintra Filho. Participaram da reunião 07 convidados. **Com a seguinte pauta:**
13 **Assuntos: 4.1 – Ofício Circular MDS – Abertura do Censo SUAS de 26 de setembro a 18 de novembro -**
14 **Constituição de grupo de trabalho para preenchimento do questionário; 4.2 – Apresentação das**
15 **demandas de trabalho das Comissões ; 4.3 – Devolutiva sobre participação da Secretária Executiva e**
16 **conselheira Sandra na Reunião da ICS – PBF; 4.4 – Ofício SEDAS nº338/2016. 5. Informes: 5.1 – Parecer**
17 **PMAS Web 2017 – Inserido no sistema; 5.2 – Publicação de Resolução CNAS nº 15/2016 – Recomenda**
18 **que todas as propostas de criação e implantação e/ou alteração de serviços, programas, projetos e**
19 **benefícios da Política de Assistência Social sejam apreciados e aprovados pelos Conselhos de Assistência**
20 **Social em suas respectivas esferas; 5.3 - Ofício nº 51/2016 – CONSEAS – Previsão Orçamentária e**
21 **Financeira 2017 para a realização das Conferências Municipais 2017 e Publicação da Resolução CNAS nº**
22 **16/2016 – Cria comissão organizadora da XI Conferência Nacional de Assistência Social; 5.4 – Ofício nº**
23 **52/2016 – CONSEAS – Ref. Anais da X Conferência Estadual de Assistência Social; 5.5 – Publicação da**
24 **Resolução CNAS nº 17/2016 – Altera o art.1º da Resolução 32/2011, do CNAS – (possibilidade de**
25 **utilização de 100% recursos do FNAS no pagamento de profissionais que integram as equipes de**
26 **referência do SUAS); 5.6 – Convite IANSA – Programação Outubro Rosa. A Presidente do Conselho, Tina,**
27 **iniciou a reunião às 8h10 informando a já obtenção do quórum e agradecendo aos presentes quanto à**
28 **pontualidade. Em seguida apresentou a justificativa de ausência dos Conselheiros: Cidinha, Marlon, Geisla,**
29 **Rosângela, Angélica, Hildelania, Sônia Barbosa, Daniela e Sandra. Logo após, realizou a leitura da pauta, que**
30 **foi aprovada. Dando seguimento, a Secretária Cláudia fez a leitura da Ata da 24ª Reunião Ordinária, sendo esta**
31 **aprovada com alterações na redação das linhas 49 e 50 e também nas linhas 56 e 57. Seguindo com a reunião,**
32 **inciou-se então o assunto 4.1 – Ofício Circular MDS – Abertura do Censo SUAS de 26 de setembro a 18 de**
33 **novembro - Constituição de grupo de trabalho para preenchimento do questionário. Tina explicou aos**
34 **novos conselheiros que existem assuntos que devem ser deliberados anualmente, citando como exemplo o**
35 **Censo SUAS. Maria Amélia leu o Ofício Circular MDS, explicando sobre os prazos de preenchimento do**

36Questionário, apresentando o calendário definido para a abertura e fechamento do sistema para cada unidade, ou
37seja, CRAS, CREAS, Centro POP, Conselhos e os diversos serviços. Tina propôs a formação de um grupo de
38trabalho para responder o questionário que posteriormente deverá ser aprovado pelo colegiado para a inserção
39no sistema. Dalva, Tina e Óiter manifestaram disponibilidade para a tarefa. A conselheira Jane falou que os
40novos conselheiros também podem participar, considerando que o questionário traz inúmeras informações sobre
41o conselho, o que possibilitará uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento do mesmo. Diante da
42colocação de Jane, as conselheiras Geraldine e Maria Goretti também integraram o grupo. Tina reforçou a
43importância da participação dos novos conselheiros em grupos e comissões, para se inteirarem mais sobre o
44trabalho realizado pelo Conselho. Formado o grupo, Maria Amélia ficará responsável por marcar a reunião, via
45e-mail. Passou então para o segundo assunto, **4.2 – Apresentação das demandas de trabalho das Comissões.**
46Maria Amélia apresentou as demandas de trabalho de cada comissão, iniciando pela Comissão de Comunicação
47e Divulgação, dizendo que esta é convocada sempre que tem algum evento. Tina relatou que o Conselheiro Oiter
48sugeriu que esta comissão deve pensar em uma estratégia de divulgação do Conselho, independente dos eventos,
49atraindo assim, uma maior participação da comunidade. Jane destacou que o Conselho de Saúde possui uma
50comissão de divulgação ativa e pontuou que o CMAS poderia pensar em ações para a visibilidade do conselho,
51por meio da publicação de folders e cartazes. Assim, Maria Amélia inseriu também esta demanda para esta
52comissão. Na sequência a Secretária Executiva deu prosseguimento demonstrando todas as comissões com
53demandas. A Comissão de inscrição de entidades e acompanhamento da rede socioassistencial deverá analisar os
54planos de trabalho protocolados no segundo semestre pelas entidades: VOSF, Samaritano e Infacape. A
55Comissão de Legislação e Normas, tem como função imediata elaborar uma nova minuta de regimento interno,
56visto que o Conselho está seguindo o regimento anterior. A Comissão de Orçamento e Articulação Política deve
57se apropriar da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2017, que já está no Portal Transparência da
58Prefeitura. Tina, Cloves e Maria Amélia explicaram aos novos conselheiros a importância da análise e
59acompanhamento de tal lei, que norteará todos os gastos a serem empregados na Assistência Social. Seguindo, a
60Comissão de Realização da Conferência Municipal de Assistência Social e Monitoramento e Outros Eventos,
61tem como demanda imediata o Planejamento da Proposta de Audiência Pública do Conselho, que tem previsão
62para ser realizada em Novembro. A Comissão de Capacitação de Conselheiros, necessita elaborar a Proposta de
63Capacitação dos Conselheiros. Tina lembrou que a Sra. Andréia, representante da UNESP, presente na reunião,
64se propôs a contribuir na capacitação dos conselheiros, o que julga ser de extrema importância. Dando
65sequência, Maria Amélia falou sobre a Comissão de Instância e Controle Social do Programa Bolsa Família, já
66antecipando o próximo assunto da pauta **4.3 – Devolutiva sobre participação da Secretária Executiva e**
67**conselheira Sandra na Reunião da ICS – PBF.** Disse que ela e a Conselheira Sandra participaram de uma
68reunião na última segunda-feira com o Comitê de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família- ICS-
69PBF. Explicou que o comitê constituído a algum tempo, se reúne, bimestralmente, para fazer o
70acompanhamento do Programa Bolsa Família. Disse ainda que existe uma resolução do Conselho Nacional que

71trata do pacto de aprimoramento do SUAS na qual os Conselhos municipais devem assumir esta função de
72controle social do Programa Bolsa Família, com a data limite para 2017. Disse que essa Comissão tem como
73demanda elaborar uma Proposta de Transição da ICS - PBF para o CMAS. Informou que o Comitê propôs
74realizar uma reunião com a Comissão do CMAS para pensarem sobre esta transição no dia 24 ou 26 de Outubro
75próximo. Maria Amélia fez uma consulta rápida com os membros da Comissão e verificou a impossibilidade de
76reunir-se nestas datas, ficando definido que a Comissão fará novas propostas de datas para a ICS, desde que
77sejam as segundas ou quartas-feiras, devido à disposição do presidente do ICS. Finalizando esse assunto, Maria
78Amélia ficou responsável de elaborar um cronograma de reuniões das comissões e encaminhar por e-mail para
79os membros de cada uma. Em seguida passou-se ao assunto. **4.4 – Ofício SEDAS nº338/2016.** Maria Amélia
80realizou a leitura do ofício e Tina explicou que o Serviço de Residência Inclusiva executa o acolhimento de
81pessoas com Deficiência e de acordo com o chamamento público quem desenvolve esse serviço é a Fundação
82Espírita Judas Iscariotes. Lembrou que na discussão sobre o orçamento para 2016, o presidente da Entidade, Sr.
83Clóves, comunicou ao Órgão Gestor que o valor disposto para esse serviço poderia ter uma redução de mil reais.
84Porém, neste momento, mediante solicitação da entidade e estudo realizado pela SEDAS e Secretaria de
85Finanças, identificou-se que esse serviço não recebeu o reajuste concedido aos demais serviços
86socioassistenciais em 2016. Solicitou-se então a apreciação e deliberação do conselho para que o piso desse
87serviço seja reajustado para o valor de R\$ 3.014,50 (três mil e catorze reais e cinquenta centavos), sendo de
88setembro de 2016 a agosto de 2017 para a Residência Inclusiva I e de janeiro a dezembro de 2017 para a
89Residência Inclusiva II. Clóves explicou que essa proposta já foi aprovada pela Secretaria de Finanças e precisa
90agora da aprovação do Conselho. Jane esclareceu que não é a qualquer momento que os pisos podem ser
91alterados, é apenas uma correção no valor que não foi aplicado corretamente. Tina questionou se esse recurso já
92estava previsto no orçamento da Assistência ou se ele veio da Secretaria de Finanças. Clóves esclareceu que é
93uma previsão do Orçamento de Assistência Social, e que poderia ser readequado no aditamento. Tina explicou
94que no chamamento público é feito um contrato, chamado de termo de colaboração, no qual, uma das cláusulas
95prevê a possibilidade de renovação do termo, isto é aditamento, e poderá ser revisto o valor e a meta em até
9625%. Dalva complementou que o termo aditivo pode sofrer algumas alterações em relação a responsabilidade
97tanto da direção municipal quanto da instituição parceira, no sentido de clarear ou ajustar algum item, quando
98verifica-se essa necessidade. Após esses esclarecimentos, Tina solicitou a deliberação do colegiado, que
99manifestou aprovação. Dando seguimento a pauta, Tina disse que as Conselheiras Maria Goretti e Mônica,
100ambas representantes de Usuários da Assistência, solicitaram a inserção de um assunto, que ficou como o item
101**4.5 - Garantia da participação dos Representantes de Usuários – Deslocamento.** Tina explicou que essa
102solicitação refere-se ao deslocamento das conselheiras para participação nas diversas reuniões do conselho. A
103conselheira Mônica explicou que, algumas vezes, o CRAS disponibilizou passe para elas, mas nem sempre a
104unidade tem a quantidade necessária para fornecer. Tina completou que o conselho precisa buscar estratégias
105para garantir a participação dessas representantes no CMAS. Sugeriu que seja encaminhado um ofício ao Gestor

106da Assistência Social fazendo essa solicitação. Dalva lembrou que o recurso IGD SUAS pode ser utilizado para
107esse fim, devendo ser verificada a disponibilidade do mesmo. Tina sugeriu que o ofício a ser encaminhado ao
108órgão gestor deve apenas solicitar a disponibilidade orçamentária. Finalizados todos os assuntos, passou-se
109então aos informes. No primeiro informe item **5.1 – Parecer PMAS Web 2017 – Inserido no sistema**, Maria
110Amélia explicou que o PMAS é o Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pelo órgão gestor e
111aprovado pelo conselho, que é inserido no sistema do Governo Estadual. Informou que dia 25 de agosto foi
112emitido o parecer favorável do conselho no sistema WEB. Passou-se então ao informe **5.2 – Publicação de**
113**Resolução CNAS nº 15/2016**. Tina explicou que todo projeto a ser criado, implantado ou alterado deve ser
114discutido com a sociedade civil para ver se é de relevância, através ainda dos órgãos deliberativos. Maria
115Amélia destacou que resoluções são deliberações e decisões dos Conselhos, e as Resoluções do Conselho
116Nacional são aquelas que os Conselhos Municipais e Estaduais precisam seguir. Tina complementou que
117embora que não seja uma lei, essa Resolução precisa ser seguida para garantir que a democracia seja
118participativa através de seus órgãos de controle social. Passou-se então ao informe. **5.3 - Ofício nº 51/2016 –**
119**CONSEAS – Previsão Orçamentária e Financeira 2017 para a realização das Conferências Municipais**
120**2017 e Publicação da Resolução CNAS nº 16/2016 – Cria comissão organizadora da XI Conferência**
121**Nacional de Assistência Social**; Maria Amélia explicou que esse ofício ressalta a necessidade dos municípios
122garantirem a previsão orçamentária para 2017. Relatou que na LDO do município já está previsto no orçamento
123de 2017 o valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) para o Conselho Municipal e Conferência. Ainda
124sobre esse assunto, foi publicada a Resolução CNAS 16/2016 que dispõe sobre a criação da comissão
125organizadora da Conferência Nacional, e o CMAS já tem a comissão permanente constituída. Tina lembrou que
126o Conselho Nacional delibera o tema da Conferência e encaminha as orientações, mas independente disso é
127necessário organizar alguns itens como o espaço e a alimentação para a Conferência Municipal. O próximo
128informe é o item **5.4 – Ofício nº 52/2016 – CONSEAS – Ref. Anais da X Conferência Estadual de**
129**Assistência Social**. Tina explicou que os anais são as deliberações e discussões das Conferências passadas e
130informou que o CONSEAS encaminhou esse documento por meio de um pendrive. Sugeriu então, que seja
131encaminhado aos conselheiros as deliberações do Município de Franca para que todos tenham conhecimento.
132Item **5.5 – Publicação da Resolução CNAS nº 17/2016**, que define a possibilidade de aplicar 100% do recurso
133do Fundo Nacional de Assistência Social no pagamento dos profissionais, desde que não prejudique a execução
134dos serviços. Jane afirmou que o Município de Franca não utiliza o recurso do FNAS para pagamento de
135profissionais, considerando que não pode fazer novas contratações em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal.
136Tina afirmou que essa questão deve ser discutida e que o conselho deverá pensar em como encaminhar essa
137questão, pois as equipes estão incompletas. No último informe, **5.6 – Convite IANSA – Programação**
138**Outubro Rosa**, Maria Amélia disse que socializará com todos os conselheiros o convite via e-mail. As
139Conselheiras Maria Goretti e Mônica aproveitaram a oportunidade para convidar a todos para uma apresentação
140de Dança Circular com o tema do Outubro Rosa, que será realizada por um grupo comunitário, no dia nove de



141 outubro, às 9h na Praça Central. Clóves disse que dia 19 será a inauguração da nova Residência Inclusiva, e
142 encaminhará o convite para socializar com todos. Finalizados os assuntos e nada mais havendo a tratar, a
143 reunião foi encerrada às dez horas e quinze minutos, e eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva
144 do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros
145 participantes.